

» Entrevista | RICARDO CAPPELLI

EX-INTERVENTOR FEDERAL NA SEGURANÇA DO DF E ATUAL PRESIDENTE DA ABDI

“Conspiração golpista estará no banco dos réus”

Ex-secretário executivo do Ministério da Justiça diz que eventual julgamento de Bolsonaro e aliados, por tentativa de golpe, será um marco na história do país

» RENATO SOUZA

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Em 8 de janeiro de 2023, poucas horas após o Brasil passar por um dos maiores testes democráticos de sua história, o então secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, foi nomeado interventor na segurança pública do Distrito Federal.

Escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele foi responsável por conduzir ações para prender extremistas, proteger a Esplanada dos Ministérios e demais órgãos públicos e devolver a estabilidade para a capital do país. À época, o secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, estava nos Estados Unidos e era suspeito de participar da articulação golpista.

Neste segundo aniversário da investida antidemocrática, Cappelli contou, em entrevista ao *Correio*, que presenciou blindados do Exército e homens da Polícia do Exército impedindo o ingresso de tropas da Polícia Militar no Setor Militar Urbano.

“Eu defendo as Forças Armadas, mas defendo, também, que quem cometeu erros responda por eles, porque a instituição Exército não pode ser responsabilizada pelo erro de CPF, de pessoas físicas”, enfatizou Cappelli, hoje presidente da Associação Brasileira de Direito Industrial (ABDI).

Na avaliação dele, 2025 será um ano histórico, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar a cúpula da tentativa de golpe.

Em novembro, a Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 pessoas por participação em uma tentativa de golpe de Estado que culminou com os ataques de 8 de janeiro. Segundo a corporação, o ex-chefe do Executivo estava no centro da trama. O relatório final foi encaminhado pelo STF ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, que vai decidir se oferece denúncia contra os envolvidos. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Dois anos após o 8 de Janeiro, o Brasil conseguiu afastar a ameaça à democracia ou ainda existe risco para as instituições?

Acho que as instituições deram uma resposta muito forte. O Supremo Tribunal Federal tem exercido um papel fundamental, decisivo. E este 2025 é um ano que vai entrar para história do Brasil. Por quê? Porque o Brasil, ao longo da sua história, já foi vítima de muitas conspirações golpistas. Mas é a primeira vez na história do país que teremos uma conspiração golpista no banco dos réus, em que os conspiradores, pela primeira vez, serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal a partir do inquérito muito bem conduzido, de forma profissional e técnica, pela Polícia Federal. Então é um ano histórico. Nunca antes na história do Brasil uma conspiração golpista foi ao julgamento, e este ano irá.

O julgamento histórico a que o senhor se refere é o de Bolsonaro e outras pessoas envolvidas?

Já tem 36 pessoas indiciadas pela Polícia Federal, entre militares e civis. A Polícia Federal recomendou o indiciamento, incluindo os generais, ex-ministros, enfim. A lei tem que valer para todos, civis e militares. A lei é para todos, eu espero que todos sejam julgados, porque é inaceitável qualquer pessoa conspirar contra a democracia brasileira.

Como avalia o peso desse julgamento?

É um julgamento que pode estabelecer um marco na democracia brasileira. Deixando claro, de uma vez por todas, que você pode ser de direita, pode ser de esquerda, pode votar e fazer as suas escolhas livremente. Mas, encerrado o processo eleitoral, você não pode querer chutar o juiz; não pode, porque perdeu, tentar dar um golpe, que foi o que aconteceu em 2023. Tenho muita confiança no inquérito conduzido pela Polícia Federal e no julgamento do Supremo Tribunal Federal, que, na minha opinião, vai estabelecer um marco definitivo, consolidando de uma vez por todas a democracia brasileira.

Em 8 de janeiro de 2023, o Exército colocou tanques no SMU para impedir a prisão de extremistas que participaram dos ataques. A Força se recusa a dizer quem deu a ordem para colocar os blindados na rua. Acredita que falta esclarecer o papel do comando do Exército em relação aos atos golpistas?

Eu estava lá. E quem estava comandando a tropa da Polícia Militar no asfalto era eu, pessoalmente. Vi diretamente não só blindados, mas também a Polícia do Exército se movimentando para forçar a linha que protegia

o Setor Militar Urbano. Acho que quanto mais luz sobre o que aconteceu, quem deu a ordem, por que deu a ordem de movimentar blindados, quanto mais esclarecimentos, melhor. Precisamos separar as pessoas físicas da instituição Forças Armadas. Não existe país ativo, forte e soberano sem Forças Armadas fortes. Eu defendo as Forças Armadas, mas defendo também que quem cometeu erros responda por eles, porque a instituição Exército não pode ser responsabilizada pelo erro de CPF, de pessoas físicas.

Ano que vem teremos novas eleições. O senhor avalia que a punição aos golpistas nesse julgamento vai servir de exemplo para reduzir extremismos em 2026? Teremos novamente uma eleição polarizada e com atos de radicalismo?

Está muito longe de 2026. Muita coisa ainda vai acontecer até lá. O Brasil voltou a crescer, caminhar. O PIB, somando 2023 e 2024, cresceu mais de 6%. Foi um dos maiores crescimentos da economia de um país no mundo. Estou muito confiante de que o Brasil vai continuar nesse caminho. E claro que esse julgamento que vai acontecer neste ano. Ele é um fato objetivo que vai estabelecer uma página inédita na história do Brasil. E, com certeza, na eleição do ano que vem, a questão democrática vai estar presente. 86% da população brasileira não concorda com o que aconteceu no dia 8 de janeiro. Então, há um corte claro: você pode ser de direita, de esquerda, agora você não pode querer dar golpe. Ou você está ao lado da democracia ou ao lado dos golpistas, não tem meio-termo nessa questão. A democracia é

um valor sagrado, que deve ser defendido por todos.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos pode provocar algum tipo de pressão externa no Brasil por anistia aos golpistas de 8 de janeiro e às autoridades envolvidas, tendo em vista que ele é aliado de Bolsonaro?

Não acredito nisso, porque as relações internacionais são movidas por interesses pragmáticos dos países. Veja o Milei (presidente da Argentina). Ele fez muito blá-blá-blá, muita pirotecnia. Agora, qual foi a medida concreta que tomou contra o Brasil? Nenhuma, zero. Então, uma coisa é o que o governante faz, o blá-blá-blá para a plateia; outra coisa é a conta de comércio exterior, a conta relativa ao comércio internacional, que move pragmaticamente a economia dos países. Trump faz o blá-blá-blá, ele tem o discurso dele para a base política. Então, não acredito em uma consequência baseada em uma posição ideológica do governo Trump.

Qual é a mensagem que o senhor deixa nestes dois anos do 8 de Janeiro?

A mensagem é de confiança no Brasil. De confiança nas instituições brasileiras. O Brasil passou por um momento difícil, triste, mas superou isso. Superou e está ainda mais forte. O desenvolvimento do Brasil está batendo recorde no que diz respeito ao crescimento. Tem o menor desemprego dos últimos 10 anos. Então, a minha mensagem é de que confiem na democracia, porque a gente saiu desse episódio ainda mais forte, fazendo o Brasil crescer, se desenvolver e gerar esperança ao povo brasileiro.

Após prisão, ex-PRF assume cargo em SC

Ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques assumiu o cargo de secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação em São José, município vizinho a Florianópolis. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da cidade e assinada pelo prefeito Orvino Coelho de Ávila (PSD).

Vasques esteve em prisão preventiva entre agosto de 2023 e

agosto de 2024, acusado de interferir nas eleições presidenciais de 2022. Ele é suspeito de coordenar blitzes nas rodovias federais, principalmente no Nordeste, que teriam dificultado o trânsito de eleitores. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou sua soltura sob medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica.

Silvinei também enfrentou

acusações por pedir votos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em suas redes sociais, na véspera do segundo turno de 2022. Após a publicação, apagada posteriormente, ele foi acusado de improbidade administrativa e negou irregularidades durante seu depoimento à CPI do 8 de Janeiro.

Natural de Ivaiporã (PR), Vasques ingressou no PRF em 1995 e se aposentou em dezembro de 2022, recebendo um salário

integral de R\$ 13 mil, segundo o Portal da Transparência.

O prefeito Orvino Ávila, reeleito em 2024, é aliado próximo de Bolsonaro. Em redes sociais, Ávila já se referiu ao ex-presidente como o “maior da história” e apareceu em eventos ao lado de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), deputado federal. A escolha de Vasques para o cargo reforça o alinhamento político entre os dois.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Não se deve partidarizar a defesa da democracia

O dia 8 de janeiro de 2023 deve sempre ser lembrado como uma data em que os democratas derrotaram o golpismo, mais ou menos como em 1961, na posse do presidente João Goulart, que só ocorreu graças à Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Foi um dos momentos mais tensos da história política brasileira.

Naquele momento, a ampla cadeia de rádio que se formou para informar a população foi decisiva para garantir a democracia no Brasil, durante a crise política gerada pela renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto (Dia do Soldado) de 1961, e a resistência dos setores militares e conservadores à posse de Goulart.

O vice-presidente João Goulart, o Jango, como era popularmente conhecido, havia sido eleito porque a eleição de presidente e vice era separada, e um movimento articulado por sindicalistas de São Paulo, intitulado “Jan-Jan”, desequilibrou o jogo e elegeu um presidente de direita e um vice de esquerda.

A época, como agora, setores militares e governistas frustrados pela renúncia temiam que Jango implementasse uma política reformista, com propostas como a nacionalização das empresas estrangeiras e uma ampla reforma agrária. Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, mobilizou as forças políticas e sociais em defesa da Constituição de 1946, a partir da Rádio Guaíba, em Porto Alegre, que transmitiu mensagens e convocou o apoio popular à legalidade.

Após intensas negociações e a pressão popular, foi aprovada uma solução de compromisso: o sistema parlamentarista. Esse modelo reduziu os poderes de Goulart como presidente, transferindo parte da autoridade executiva para o primeiro-ministro. Esse acordo permitiu que Goulart assumisse a presidência em 7 de setembro de 1961.

No entanto, o parlamentarismo foi revogado em 1963, após um plebiscito, e Jango retomou plenos poderes como presidente, em meio à radicalização política que culminaria no golpe militar de 1964. Esses episódios, do ponto de vista histórico, são muito importantes para compreender o processo político brasileiro subsequente e o comportamento da nossa esquerda brasileira, com reflexos ainda hoje.

O filme *Ainda estou aqui*, com o qual Fernanda Torres conquistou o Globo de Ouro de melhor atriz, em Hollywood, é um retalho do que ocorreu após o golpe que destituiu Jango. Entretanto, não basta a repulsa à ditadura, é preciso compreender aquele processo para não repetir os erros.

Dois deles foram decisivos: primeiro, subestimar a força da oposição na sociedade e romper com setores liberais; em segundo, subordinar a questão democrática às reformas de base, sobretudo à nacionalização das empresas estrangeiras e à reforma agrária “na lei ou na marra”, o que legitimou a aliança dos Estados Unidos com os golpistas, em suposta defesa da democracia.

Aquele abraço

Brizola, já então deputado federal eleito pela Guanabara, pretendia disputar a Presidência (“cunhado não é parente”). O líder comunista Luís Carlos Prestes conspirava para que Jango se candidatasse à reeleição. Liberais, como Ulysses Guimarães e Juscelino Kubitschek, foram empurrados aos braços da oposição liderada pelos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Juscelino era atacado pela esquerda por “conciliar com o imperialismo”, sua candidatura era vista como um “retrocesso”. Lacerda era o líder furioso da direita brasileira, sendo o seu desentendimento com Jânio Quadros uma das causas da renúncia do presidente eleito em 1960. Ambos acreditavam que os militares manteriam as eleições previstas para 1965. Pura ilusão. Tantos anos depois, o que essa história tem a ver com as comemorações de hoje? Muita coisa, até merecem outra coluna.

O Palácio do Planalto preparou uma série de eventos em lembrança aos dois anos dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiram e provocaram destruição nas sedes dos Três Poderes em Brasília. Pela manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, promoverá a reintegração de importantes obras de arte, incluindo um relógio do século XVII.

Essas obras foram vandalizadas no 8 de janeiro de 2023. O relógio, que pertenceu a Dom João VI e veio para o Brasil em 1808, foi consertado na Suíça, sem custos ao governo. Também haverá o descerramento da obra *As mulatas*, de Di Cavalcanti, rasgada durante os atos de vandalismo, que foi restaurada. Depois, Lula participará de uma cerimônia com a presença de autoridades dos Três Poderes e descerá a rampa do Palácio do Planalto para um ato simbólico na Praça dos Três Poderes, onde participará do “Abraço da Democracia”, com presença do público e de autoridades.

O ato deveria reunir os presidentes dos Três Poderes no Palácio do Planalto, porém, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não participará das cerimônias, porque está viajando. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também não confirmou presença. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, será representado pelo ministro Luiz Fachin, vice-presidente da Corte. Alguma coisa está errada aí.